Influência política na contratação de empregados por empresas estatais

Political influence in hiring employees by state-owned enterprises

ELIAS PEREIRA LOPES JÚNIOR*
DILSON ALEXANDRE MENDONÇA BRUNO**

RESUMO

Este estudo analisa a influência política a respeito da contratação de empregados feita por empresas estatais ou *State-Owned Enterprises* (SOEs). Acredita-se que os políticos usam a sua influência sobre as SOEs para conseguirem ganhos privados. Portanto, espera-se que em ambientes com fraca governança corporativa as SOEs contratem mais empregados do que as empresas privadas. Foram utilizadas empresas listadas no mercado de ações. A base de dados secundários foi construída a partir de outras três bases. Posteriormente ao tratamento, restaram 96.379 observações de empresas de 41 países entre os anos de 2002 e 2011. Esta pesquisa faz uso da técnica *Difference-in-Differences*, empregada para mensurar o efeito da influência política acerca da contratação de empregados, após a crise de 2008. Os resultados confirmaram a hipótese do estudo. Pode-se concluir que, em ambientes com fraca governança corporativa, os políticos usam a sua influência sobre as SOEs com o objetivo de obter ganhos políticos privados. **Palavras-chave:** Ambiente Político. Empresas Estatais. Empregados.

ABSTRACT

This study examines the political influence on hiring employees made by State-Owned Enterprises (SOEs). It is believed that politicians use their influence on SOEs to make private gains.

* <http://lattes.cnpq.br/2819565797648735>. Universidade Federal do Cariri - UFCA

** Centro Universitário 7 de Setembro - UNI7.

Therefore, it is expected that in environments with poor corporate governance SOEs hire more employees than private companies. Companies listed on the stock market were used in this research. The secondary database was constructed from three other databases. After the treatment, there were 96,379 observations of companies from 41 countries between 2002 and 2011. This research uses the Difference-in-Differences technique, used to measure the effect of political influence on hiring employees after the 2008 crisis. The results confirmed the hypothesis of the study. It can be concluded that in environments with poor corporate governance, politicians use their influence on SOEs to gain political private gain.

Key-words: Political Environment. State enterprises. Employees.

1. INTRODUÇÃO

De uma maneira geral, as empresas são agentes econômicos que integram a sociedade em que atuam. Por isso, o seu papel no ambiente social é controverso. Por um lado, existe a ideia de que as empresas não devem assumir qualquer responsabilidade social e simplesmente gerar lucro aos seus proprietários. Por outro lado, tem-se a ideia de que as empresas, como integrante da sociedade, possuem uma relação endógena que impossibilita afirmar sobre a independência dos agentes envolvidos, não respaldando, portanto, deveres da empresa apenas com seus proprietários (MACHADO et al., 2009).

Este estudo trata da análise da contratação de empregados feita por empresas estatais ou *State-Owned Enterprises* (SOEs). Embora sejam empresas que são consideradas estratégicas para os países de origem, as SOEs sofrem muitas interferências. Como muitas vezes as empresas estatais possuem fins sociais, elas podem sofrer pressões que são anseios não relacionados com fins econômicos, como transferência de renda, compra de concorrentes privados e manutenção do controle de recursos estratégicos.

Esta pesquisa aborda uma perspectiva que também pode afetar a decisão das SOEs em realizar contratação de empregados: o ambiente político. O argumento utilizado nesta pesquisa é que o governo usa sua influência sobre as SOEs para conseguir suporte

para realizar mudanças nas políticas. A influência dos políticos sobre as empresas estatais é feita por meio do direcionamento da contratação de empregados. O argumento a ser testado neste estudo é que o nível de contratação de empregados feito pelas SOEs varia de acordo com o nível da governança corporativa dos países. Portanto, espera-se que em ambientes com fraca governança corporativa, maior será a contratação de empregados pelas SOEs.

Esta pesquisa contribui para uma melhor compreensão das estratégias de gestão de pessoas adotadas por empresas estatais em períodos de crise. Conforme Freire (2015), o investimento na Gestão de Pessoas é o segundo no *ranking* dos fatores que proporcionam uma maior vantagem estratégica às organizações. Quanto à estrutura, este estudo se divide em seis seções, incluindo esta introdução, que procurou abordar as finalidades das empresas estatais e a contratação de empregados. Na seção dois, abordam-se os principais temas relativos às empresas estatais e governança corporativa. A seção três instrumentaliza as hipóteses que nortearão a pesquisa. A quarta seção apresenta a metodologia do estudo. A quinta seção exhibe as análises referentes aos *outputs* do modelo proposto e, por fim, na seção seis, são mostradas as conclusões, limitações do estudo proposto e sugestões para pesquisas futuras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Empresas Estatais

Descrever as *State-Owned Enterprises* (SOEs) não é uma tarefa fácil, tendo em vista que elas possuem diversos objetivos organizacionais que também são influenciados por características institucionais específicas dos países em que atuam (STAN; PENG; BRUTON, 2013). Assim, o argumento empregado nesta pesquisa é que o governo utiliza sua influência sobre as SOEs para conseguir suporte para realizar mudanças nas políticas.

No Brasil, de acordo com a Constituição Federal, as empresas estatais (*State-Owned Enterprises* – SOEs) podem ser utilizadas com duas finalidades: atuar diretamente em atividades econômicas para regular o mercado (artigo 173) ou manter a soberania nacional (arti-

go 177) e exercer serviços públicos (artigo 175). No caso brasileiro, existem apenas dois tipos de empresas estatais, que podem ser empresa pública ou sociedade de economia mista. A empresa pública é uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, na qual o patrimônio e o capital são exclusivos do governo e é criada por lei para explorar uma atividade econômica. A sociedade de economia mista, por sua vez, também é uma entidade de personalidade jurídica de direito privado criada por lei para explorar uma atividade econômica, contudo, sob a forma de sociedade anônima, na qual muitas das ações com direito a voto pertencem ao governo.

Após a Primeira Guerra Mundial, algumas teorias pregavam que o Estado deveria intervir nas atividades comerciais e industriais, na qual, até então, eram de responsabilidade apenas da iniciativa privada. O Estado deixou de apenas fiscalizar e passou a atuar mais diretamente, oferecendo serviços públicos e tomando para si algumas atividades econômicas, por meio de monopólios ou da concorrência com outras empresas privadas.

O Estado pode constituir empresas como forma de intervir diretamente na economia, pois, visa oferecer bens (serviços e/ou produtos). Esses podem ser serviços públicos sociais, como saúde, educação, previdência e assistência social. Contudo, o Estado também cria empresas que não têm qualquer finalidade social, mas que promovem o desenvolvimento de políticas de transformação industrial, de infraestrutura ao setor empresarial privado, ou de áreas ou setores estratégicos relacionados à inovação tecnológica (CORRÊA; BORGES, 2016).

Portanto, o Estado, por meio das empresas estatais, deve “assegurar investimentos em ativos socialmente valiosos que não podem ser realizados por investidores privados devido aos riscos de expropriação” (ESFAHANI; ARDAKANI, 2005, p. 5). Mas, também, precisa “reconhecer o direito de todos os acionistas e assegurar a equidade no tratamento e igual acesso à informação da empresa, como referido nos princípios de governança corporativa da OCDE” (FONTES FILHO; PICOLIN, 2008, p. 1.178).

2.2 Governança Corporativa

As definições de governança corporativa geralmente possuem enfoque financeiro, abordando os mecanismos que tentam garantir o acesso e o controle dos recursos por parte dos investidores. Shleifer e Vishny (1997) definem governança corporativa referindo-se à maneira pela qual os investidores asseguram-se de um retorno sobre seu investimento. A governança corporativa também pode ser descrita como princípios que norteiam o processo decisório nas organizações, tendo como principal objetivo evitar os problemas de agência, que surgem quando as decisões de uma parte (chamada agente) podem interferir no interesse de outra (chamada de principal).

Em princípio, as decisões tomadas pelo agente deveriam beneficiar o principal, contudo, na prática ocorrem muitas situações na qual ocorre o conflito de interesses entre as duas partes, o que pode gerar ocasiões em que o agente se porte de maneira oportunista (referida na literatura como *moral hazard* ou oportunismo). Portanto, os mecanismos de controle da governança corporativa tentam minimizar o oportunismo, garantindo o alinhamento do interesse dos acionistas às práticas gerenciais adotadas pela empresa.

O *moral hazard* pode surgir quando as decisões dos indivíduos afetam a distribuição do resultado da companhia. Essa situação é comum no mercado de seguros, na contratação de trabalho e na delegação de responsabilidade para a tomada de decisões. A fonte desse perigo moral ou problema de incentivo é uma assimetria de informações entre os indivíduos, resultado da impossibilidade de observar as ações individuais. Um remédio natural para solucionar esse problema pode ser o investimento no monitoramento das ações dos empregados e na aquisição de informações para serem usadas no processo de contratação de empregados.

A presença de um sistema de governança corporativa eficaz, tanto dentro de uma empresa quanto em uma economia como um todo, ajuda a fornecer um grau de confiança que é necessário para o bom funcionamento de uma economia de mercado. Como resultado, o custo do capital é menor e as empresas são incentivadas a utilizarem os recursos de forma mais eficiente, sustentando assim o crescimento.

3. ARGUMENTO DA PESQUISA E FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

Os laços políticos com os governos podem fornecer às empresas o acesso às informações sobre a política e sobre recursos, o que pode afetar a capacidade das empresas para realizar investimentos. Nessa situação, elas terão mais recursos disponíveis e os gestores são incentivados a utilizarem esses recursos, relativamente abundantes, para buscar potenciais novas soluções de mercado.

O papel das SOEs varia substancialmente entre os países, em virtude de elas serem ao mesmo tempo atores políticos e econômicos que são de propriedade do governo e, além disso, têm múltiplos objetivos que podem ser conflitantes. Elas são atores políticos porque foram criadas ou nacionalizadas por representantes do Estado para perseguir objetivos políticos e também são agentes econômicos por participarem na economia de mercado por meio da criação de valor econômico, competindo por clientes e por possuírem ações negociadas em bolsas de valores (ESTRIN et al., 2009).

Em virtude das SOEs possuírem múltiplos objetivos, os administradores dessas empresas podem tender a buscar com mais frequência ganhos pessoais, em virtude da falta de clareza dos objetivos da firma. Da mesma forma, os políticos podem interferir nas SOEs tentando utilizá-las como mecanismo de transferência de renda para atender às suas necessidades específicas.

Como em ambientes mais corruptos os políticos têm mais facilidade para obter ganhos privados, então, o governo pode utilizar as SOEs para conseguir apoio político. A ideia geral é que a corrupção facilita as trocas de benefícios, o que não ocorreria em outros ambientes (AIDT, 2009), nesse caso os políticos podem direcionar os investimentos feitos por empresas estatais não apenas para conseguirem votos para se reelegerem, mas também para obterem o apoio necessário para aprovarem um projeto de lei que promova uma mudança na política. Esse tipo de influência é possível porque, conforme Shleifer e Vishny (1994), as SOEs são empresas ineficientes em virtude das pressões que os políticos exercem sobre elas. Essas pressões podem ser para alcançar objetivos políticos, por exemplo, a alocação da produção em regiões politicamente desejáveis em detrimento de regiões economicamente atrativas.

Como a proteção dos direitos dos acionistas minoritários não é considerada em ambientes com pouca ou nenhuma transparência (LA PORTA et al., 2000), os políticos podem usar a sua influência para direcionar os investimentos feitos pelas SOEs com o intuito de obter ganhos privados. Sendo assim, a eficiência dos investimentos pode ser comprometida, tendo em vista que provavelmente as empresas estatais podem priorizar os objetivos sociais em detrimento dos econômicos.

Assim, a hipótese deste estudo é desenvolvida da seguinte forma:

H1: Em ambientes com fraca governança corporativa, as SOEs que têm o governo como acionista majoritário contratam mais empregados do que as empresas privadas

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa é de caráter quantitativo, visando estudar a relação entre o ambiente político e a contratação de empregados por empresas estatais. A abordagem quantitativa é comumente utilizada em estudos descritivos, na qual buscam descobrir e classificar a relação de causalidade entre as variáveis estudadas.

Quanto aos objetivos, a metodologia a ser empregada neste estudo possui um caráter exploratório-descritivo. O estudo exploratório serve de base para a formulação das hipóteses, isolando variáveis e relações-chave para análises descritivas. Já a fase descritiva conta com o levantamento dos dados e análises estatísticas.

Nesta pesquisa, foram abordadas empresas estatais que estão listadas no mercado de ações e que têm o governo como seu acionista majoritário (com participação de mais de 50% no capital acionário). Nas SOEs listadas, o problema de governança é moderado pela influência de acionistas privados. Em virtude de objetivos de os acionistas serem potencialmente incompatíveis com os da SOE, os gerentes podem ser capazes de explorar a falta de clareza nos objetivos da empresa para garantirem uma vida fácil para si e para os seus funcionários (SHLEIFER; VISHNY, 1994).

Conforme Estrin et al. (2009), toda vez que a propriedade e o controle são separados, as rendas específicas das firmas podem ser

usadas para satisfazer o objetivo da gestão. Nesse caso, se o governo tem influência sobre a SOE, ele pode utilizá-la para direcionar os investimentos por ela realizados para conseguir o apoio necessário para aprovar uma mudança na política. Portanto, caso isso ocorra, seria evidenciada uma situação em que a empresa não possui bons mecanismos de governança corporativa, tendo em vista que não teve a capacidade de evitar a expropriação que, nesse caso, seria o uso da SOE pelo político que deseja aprovar um projeto de mudança para conseguir o apoio de outros políticos.

Para este estudo, foram utilizados dados secundários na base de dados Compustat Global, entre os anos de 2002 e 2011. Inicialmente, foram coletadas 106.765 observações de empresas de 41 países. A Compustat Global oferece dados financeiros e de mercado de mais de 13 mil empresas em mais de 80 países. A variável dependente usada neste estudo foi *Employees* (empregados), que representa o número real de pessoas empregadas pela companhia e suas subsidiárias.

Quanto aos indicadores referentes à governança corporativa, a primeira base de dados foi a *Worldwide Governance Indicators* (WGI), sendo utilizados os indicadores *Control of Corruption*, que avaliam o uso do poder público para ganhos privados, *Rule of Law*, que trata do senso de confiança e respeito pelas regras e leis da sociedade, *Regulatory Quality*, que aborda a capacidade do governo de formular e implementar políticas sólidas e *Government Effectiveness*, que trata da qualidade dos serviços e a credibilidade do governo.

A segunda base utilizada foi a *International Country Risk Guide* (ICRG), na qual foram capturadas três variáveis: *Investment Profile*, que é descrita como a avaliação de risco de um investimento, devido à viabilidade de expropriação e repartição indevida de lucros, *Corruption*, que é uma avaliação da corrupção dentro do sistema político e *Bureaucracy Quality*, que analisa a necessidade de revisões na política, quando os governos mudam. Esse indicador varia de zero a quatro: os pontos altos são dados a países onde a burocracia tem a força e a experiência para governar sem mudanças drásticas na política ou interrupções em serviços do governo.

Para a base WGI, os valores dos indicadores variam de -2,5 a 2,5. Para a base ICRG, os indicadores variam entre 0 e 12 (*Investment Profile*), 0 a 6 (*Corruption*) e 0 a 4 (*Bureaucracy Quality*). Para ambas as

bases de dados, a interpretação dos indicadores é a mesma: quanto maior, tanto melhor. No caso da medida do *Control of Corruption*, por exemplo, quanto menor o valor, tanto maior o uso do poder público para ganhos privados.

Como não houve a possibilidade de manipulação dos dados, esta pesquisa pode ser considerada como uma pesquisa não-experimental. Portanto, faz uso de um quase-experimento utilizando a técnica de diferença em diferença (*Difference-in-Differences*). O Quase-experimento ocorre quando um evento exógeno afeta a variável explicativa. A técnica diferença em diferença foi usada para mensurar o efeito da influência política sobre a contratação de empregados pelas empresas, após a crise de 2008. Escolheu-se a crise de 2008 como ponto de corte por ela ter sido um evento exógeno fora do controle das empresas que, teoricamente, promoveu uma restrição nos gastos. Para este estudo, as empresas estatais foram as de tratamento e as empresas privadas foram as de controle.

Meyer (1995), em seu trabalho seminal, descreve o método *Diff-in-Diff* como adequado para realizar experimentos, nos quais é possível identificar a influência de uma fonte exógena sobre as variáveis explicativas, induzida por uma alteração na política ou evento similar. Para implementar o modelo de *Diff-in-Diff*, foi utilizada uma regressão em painel com duplo efeito fixo, tendo em vista que é a que melhor se adapta a estudos longitudinais com múltiplas variáveis, cujas unidades se repetem ao longo dos diversos cortes transversais.

O efeito fixo de *cross-section* é utilizado para capturar as características não observáveis invariantes no tempo, enquanto que o efeito fixo de tempo é usado para capturar elementos comuns a todas as empresas que são invariantes ao longo do tempo (MEYER, 1995). Foram empregadas técnicas estatísticas descritivas e multivariadas a partir do auxílio do *software* STATA.

O modelo para a Hipótese 1 pode ser escrito da seguinte forma:

(Equação 1)

Onde:

Y_{it} = logarítmo natural de Employees.

α_i = Efeito fixo de empresas.

Ψ_t = Efeito fixo de tempo.

β_1 Tipo = variável *dummy*, em que recebe o valor 1 se a empresa é uma SOE e 0 se é uma empresa privada.

β_2 Crise = variável *dummy*, em que recebe o valor 1 se a empresa (i) no trimestre (t) está presente no período da crise (de 2008 a 2011) e 0 os demais períodos coletados na amostra.

β_3 TipoxCrise = variável *dummy* que captura o efeito do *Diff-in-Diff*, isto é, a diferença dos grupos em períodos de crise. É representada pela interação entre as duas *dummies* anteriores.

B4Ano = variável *dummy* para ano.

B5País = variável *dummy* para país.

ε_{it} = termo do erro estocástico da regressão.

5. RESULTADOS

Inicialmente, foram coletadas 106.765 observações na base de dados Compustat Global. Após o tratamento das observações duplicadas, restaram 96.379 observações de empresas de 41 países, entre os anos de 2002 e 2011.

Em seguida, analisaram-se a ocorrência e observações atípicas (*outliers*), que são observações que apresentam características diferentes das demais. Tradicionalmente, são consideradas observações que apresentam valores muito elevados ou muito baixos. As observações atípicas desviam-se muito das demais, a ponto de causar suspeitas de que foram geradas por mecanismos diferentes. Por conta disso, elas podem influenciar os resultados das análises estatísticas e, eventualmente, levar o pesquisador a conclusões incorretas.

Nesse caso, adotou-se a técnica de Winsorização. Essa técnica foi desenvolvida por Charles P. Winsor, em 1941, que sugere que não se deve simplesmente rejeitar as observações atípicas. Deve-se substituir seu valor pelo valor mais próximo de uma observação não suspeita. Assim, para distribuições normais, as médias das amostras

winsorizadas são mais estáveis que as médias das amostras onde as observações atípicas são eliminadas. As variáveis foram winsorizadas a 1%.

Quanto à estatística descritiva das variáveis independentes, os valores das variáveis da base de dados *Worldwide Governance Indicators* variam entre -1,67 e 2,46. A média dessas variáveis está entre 0,57 (*Regulatory Quality*) e 0,76 (*Government Effectiveness*). Todas apresentam desvio padrão girando entre 0,91 e 1,10. Quanto às variáveis da base de dados *International Country Risk Guide*, a média ficou entre 3,10 (*Corruption* e *Bureaucracy Quality*) e 9,83 (*Investment Profile*). Quanto à estatística descritiva das empresas da amostra, a quantidade de observações por ano ficou entre 8.028 e 9.691, com média de funcionários entre cinco mil e pouco mais de seis mil.

Em virtude da não necessidade de utilização de variáveis independentes na aplicação técnica do *Diff-in-Diff*, estas foram abordadas por meio de uma subdivisão da amostra geral. A mediana foi utilizada para caracterizar o ambiente da governança corporativa. Para a variável *Corruption*, por exemplo, a primeira base de dados continha empresas que estavam em países nos quais o indicador de corrupção foi maior ou igual a 3,10. A segunda base de dados foi composta por empresas que estavam em países nos quais o indicador de corrupção foi abaixo de 3,10. O mesmo procedimento foi feito em relação aos demais indicadores.

Nesse caso, a primeira base de dados foi considerada como um ambiente de boa governança corporativa, enquanto que a segunda base de dados foi considerada como um ambiente de fraca governança corporativa. Assim, para cada variável independente foram criadas duas bases de dados.

Inicialmente, são apresentados resultados referentes apenas à base de dados que contém somente empresas que estão localizadas em ambientes de fraca governança corporativa. Para analisar se as empresas estatais contrataram mais empregados após a crise, esta pesquisa utilizou os anos de 2008 a 2011 como período pós-crise (coluna tipoXcrise). Em seguida, realizou-se uma nova análise, utilizando-se os anos posteriores a 2005, como período pós-crise (coluna tipoXcrise (2006)). Essa medida foi tomada para verificar se os resultados do *Diff-in-Diff* são específicos para o período da crise

de 2008, então, usou-se o período de 2006 a 2011 como uma espécie de placebo.

Na Tabela 1, estão os resultados do *Diff-in-Diff* para a variável *Employees*. Os valores da significância (abaixo de 10%) da coluna *tipoXcrise*, com exceção da variável *Investment Profile*, indicam que existe diferença entre as empresas privadas e SOEs após o período de crise. Já os resultados da significância (acima de 10%) da coluna *tipoXcrise* (2006) apontam que não há diferença entre as empresas privadas e SOEs se o ponto de corte for o ano de 2005.

Tabela 1 – Resultados Diff-in-Diff

Employees				
	<i>tipoXcrise</i>	<i>P> z </i>	<i>tipoXcrise</i> (2006)	<i>P> z </i>
Investment Profile	-6237.27	0.354	3.191.432	0.304
Corruption	7.020.622	0.029	4.383.762	0.126
Bureaucracy Quality	6.880.394	0.036	3.552.832	0.247
Control of Corruption	6.323.302	0.034	4.011.614	0.153
Government Effectiveness	6.240.494	0.036	3.842.734	0.173
Regulatory Quality	6.476.997	0.035	3.565.924	0.218
Rule of Law	6.348.494	0.033	3.945.834	0.163

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a carga do sinal dos coeficientes da variável *tipoXcrise*, nota-se que praticamente todas as variáveis que caracterizam ambientes com fraca governança corporativa apresentaram carga positiva, com exceção da variável *Investment Profile*. O sinal e a significância das demais variáveis permitem a confirmação parcial da hipótese H1: em ambientes com fraca governança corporativa, as SOEs que têm o governo como acionista majoritário contratam mais empregados do que as empresas privadas.

Nesse caso, os políticos podem ter utilizado a sua influência sobre as empresas estatais para sugerir a contratação de mais empregados e, com isso, obter ganhos privados/políticos. Assim, os novos empregados serviriam tanto para o político ganhar votos

quanto para ele praticar atos ilícitos, pois o empregado indicado pelo político poderia se sentir obrigado a ajudá-lo, tendo em vista o fato de que o político foi quem garantiu o seu emprego.

Com relação à corrupção (*Corruption*), os governos utilizam as SOEs com o intuito de tentar diminuir a desigualdade em seu país, pagando salários mais elevados ou contratando mais empregados do que o necessário (AVSAR; KARAYALCIN; ULUBASOGLU, 2013). Portanto, em ambientes mais corruptos os políticos usam sua influência sobre as SOEs para aumentar os investimentos e conseguir ganhos privados, tendo em vista que a corrupção é uma das formas de se burlar instituições e praticar atos oportunistas. Uma vez que existe o sentimento de que ela é controlada, cai o oportunismo.

Quando o indicador de qualidade burocrática (*Bureaucracy Quality*) é baixo, existe uma maior pressão política sobre a burocracia. Portanto, os políticos podem se aproveitar dessa situação para exercer sua influência sobre as SOEs no sentido de conseguirem ganhos políticos/privados. Em relação ao controle da corrupção (*Control of Corruption*), em ambientes com maior uso do poder público para ganhos privados, as SOEs, que têm o governo como acionista majoritário, podem contratar mais empregados do que as empresas privadas. Seguindo a ideia de Svensson (2005), na qual a corrupção política pode ser considerada como um abuso de poder, cargo ou recursos por governantes para ganho pessoal, esse fato justifica-se pela utilização da influência dos políticos sobre as empresas estatais para conseguirem ganhos políticos/privados.

Conforme Shleifer e Vishny (1994), as SOEs são empresas ineficientes em virtude das pressões que os políticos exercem sobre elas. Portanto, a baixa qualidade dos serviços públicos (*Government Effectiveness*) pode indicar que existe uma maior probabilidade de os serviços serem utilizados pelos políticos com o objetivo de ganhos privados/políticos.

Conforme Williamson (1979), a regulação (*Regulatory Quality*) é a forma de o governo limitar comportamentos oportunistas das firmas, sendo assim, se o governo não for capaz de implementar políticas sólidas para combater oportunismos, os políticos terão mais facilidade em buscar ganhos privados, o que pode comprometer a eficiência dos investimentos. Com relação ao indicador *Rule*

of Law, os políticos podem exercer mais a sua influência sobre as SOEs para conseguir ganhos privados em virtude de o sentimento de impunidade ser maior.

Os governos utilizam as SOEs com o intuito de tentar diminuir a desigualdade em seu país, pagando salários mais elevados ou contratando mais empregados do que o necessário (AVSAR; KARAYALCIN; ULUBASOGLU, 2013). Portanto, em ambientes mais corruptos os políticos utilizam sua influência sobre as SOEs para aumentar a contratação de empregados e conseguir ganhos privados, tendo em vista que a corrupção é uma das formas de se burlar instituições e praticar atos oportunistas. Uma vez que existe o sentimento de que ela é controlada, cai o oportunismo. Esse resultado confirma a ideia do trabalho de Aidt (2009), no qual a ideia geral é que a corrupção facilita as trocas de benefícios, o que não ocorreria em outros ambientes.

Quando o indicador de qualidade burocrática é baixo, existe uma maior pressão política sobre a burocracia. Portanto, os políticos podem se aproveitar dessa situação para exercer sua influência sobre as SOEs no sentido de conseguirem ganhos políticos/privados. Contudo, a contratação de mais empregados do que o necessário pode diminuir a qualidade dos serviços do governo. Em ambientes onde a regulação do governo é fraca, os comportamentos oportunistas são mais frequentes, então, os políticos têm mais facilidade em conseguir ganhos privados. Além disso, os políticos podem exercer mais a sua influência sobre as SOEs para obter ganhos privados se o sentimento de impunidade for maior.

Para efeito de comparação, os mesmos testes foram realizados utilizando-se a base de dados de empresas que estão localizadas em ambientes com boa governança corporativa. Os resultados apontam que não existem diferenças entre as empresas públicas e privadas antes e após o período de corte adotado (2008 e 2006). Portanto, em ambientes com boa governança não houve diferença com relação à contratação de empregados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados puderam confirmar parcialmente a hipótese H1 (de que em ambientes com fraca governança corporativa, as SOEs

que têm o governo como acionista majoritário contratam mais empregados do que as empresas privadas). Diante da análise dos resultados, este estudo sugere que os políticos usam a sua influência sobre as empresas que têm o governo como acionista majoritário, com o objetivo de obter ganhos políticos/privados.

O resultado encontrado para a hipótese H1 ficou mais evidente, pois, em ambientes com boa governança corporativa não se encontrou diferenças entre empresas privadas e SOEs, nem no período do placebo (2006) nem no período de crise (pós 2008). Sendo assim, este resultado permite afirmar que em ambientes com fraca governança corporativa os políticos aproveitam o fato de terem influência sobre as empresas estatais para conseguirem ganhos privados. Nesse caso, também pôde-se perceber que a contratação de mais empregados não pode ser justificada pelo lado social das SOEs, tendo em vista que o aumento na contratação de empregados só ocorreu em ambientes com fraca governança corporativa.

É necessário um planejamento de longo prazo de mudanças estruturais no nível país. Os governantes necessitam ter a consciência de que, além de ajustes econômicos, tributários e fiscais, também são necessárias mudanças a longo prazo, de cultura, ética, valores e confiança mútua entre as pessoas. Possivelmente com uma sociedade mais evoluída nesse sentido, o oportunismo deixaria de existir e os políticos utilizariam a sua influência para buscar atender aos objetivos sociais e econômicos das SOEs.

As especificidades legais, regulatórias e institucionais dos países em relação à adoção de políticas de governança corporativa podem ser uma limitação desta pesquisa. Países podem agir de maneiras diferentes na tentativa de evitar os problemas de agência e isso pode interferir na mensuração dos indicadores de governança corporativa utilizados neste estudo, principalmente levando em consideração que eles são medidas de percepção.

Uma sugestão com o intuito de prosseguir no aprofundamento do efeito político sobre os investimentos feitos por SOEs seria utilizar bases de dados de informações mais específicas sobre a governança corporativa.

REFERÊNCIAS

- AIDT, T. S. Corruption, institutions, and economic development. *Oxford Review of Economic Policy*, v. 25, n. 2, p. 271-291, 2009.
- AVSAR, V.; KARAYALCIN, C.; ULUBASOGLU, M. A. State-Owned Enterprises, inequality, and political ideology. *Economics & Politics*, v. 25, n. 3, p. 387-410, 2013.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- CORRÊA, A. L. M.; BORGES, A. W. As alterações do estado brasileiro: as modificações das empresas estatais brasileiras na década de 1990. *REI-Revista Estudos Institucionais*, v. 1, n. 1, p. 356-301, 2016.
- ESFAHANI, H. S.; ARDAKANI, A. T. **What determines the extent of public ownership?** 2005. Working Paper, University of Illinois at Urbana-Champaign, 2005. Disponível em: <<http://faculty.las.illinois.edu/esfahani/IndexFiles/Extent%20of%20Public%20Ownership.pdf>>. Acesso em: 14 de maio de 2017.
- ESTRIN, S.; HANOUSEK, J.; KOCENDA, E.; SVEJNAR, J. The effects of privatization and ownership in transition economies. *Journal of Economic Literature*, v. 47, p. 699-728, 2009.
- FONTES FILHO, J. R.; PICOLIN, L. M. Governança corporativa em empresas estatais: avanços, propostas e limitações. *Revista de Administração Pública*, v. 6, n. 42, p. 1.163-88, nov./dez., 2008.
- FREIRE, D. A. L. A Influência da Gestão de Pessoas no Potencial de Crescimento das Micro e Pequenas Empresas (MPEs). *Revista Organizações em Contexto*, v. 11, n. 21, p. 185-210, 2015.
- LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. Investor protection and corporate Governance. *Journal of Financial Economics*, v. 58, p. 3-27, 2000.
- MACHADO, E. A.; MORCH, R. B.; VIANNA, D. S. C.; SANTOS, R.; SIQUEIRA, J. R. M. Destinação de riqueza aos empregados no Brasil: comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico (2004-2007). *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 20, n. 50, p. 110-122, 2009.
- MEYER, B. D. Natural and quasi-experiments in economics. *Journal of Business & Economic Statistics*, v. 13, n. 2, p. 151-161, 1995.
- SHLEIFER, A.; VISHNY, R. Politicians and firms. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 109, n. 4, p. 995-1.025, 1994.
- STAN, C. V.; PENG, M. W.; BRUTON, G. D. Slack and the performance of state-owned enterprises. *Asia Pacific Journal of Management*, p. 1-23, 2013.
- SVENSSON, J. Eight questions about corruption. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 3, p. 19-42, 2005.
- WILLIAMSON, O. E. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. *Journal of Law and Economics*, p. 233-261, 1979.

Recebido em: 22-05-2017

Aprovado em: 10-10-2017

Avaliado pelo sistema double blind review.

Editor: Coordenação do PPGA/UMESP

Disponível em <http://mjs.metodista.br/index.php/roc>